

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL **IDEA 2026**

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

Adriano Rosa da Silva

E-mail: adriano.uff@hotmail.com

Universidade Federal Fluminense

Modalidade: Artigo

Área Temática: Formação Inicial e Continuada de Professores.

Resumo:

O presente estudo analisa a relação entre educação escolar, conhecimento e formação de concepções de mundo na contemporaneidade. Parte-se do pressuposto de que a escola, enquanto prática social, pode contribuir tanto para a reprodução do status quo quanto para a transformação social. Nesta via, o objetivo precípuo consiste em compreender como a centralidade do conhecimento sistematizado pode favorecer o desenvolvimento de uma consciência crítica nos estudantes. Busca-se, assim, analisar a educação voltada ao desenvolvimento sustentável, destacando a interdisciplinaridade como elemento essencial para sua efetivação no contexto escolar. Assim, a pesquisa tem como ponto de partida a compreensão de que o desenvolvimento sustentável busca harmonizar crescimento econômico e equidade social, atendendo às demandas contemporâneas sem comprometer as gerações futuras. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada em autores com profícua produção na área, com análise conduzida por meio da revisão de literatura. Nesse sentido, é discutido o papel da educação como instrumento formador de sujeitos críticos, capazes de compreender e intervir nas complexas relações políticas e sociais. Os resultados indicam que a valorização do conhecimento científico, mediada por práticas pedagógicas intencionais, possibilita o desenvolvimento de uma visão de mundo crítica. Conclui-se que a educação escolar deve assumir seu papel emancipador, promovendo o acesso às máximas objetivações humanas e contribuindo para a formação de indivíduos capazes de apreender a realidade social.

Palavras-chave:

Sustentabilidade; Interdisciplinaridade; Formação de Professores

Introdução

À luz de autores como Gadotti (2000), a educação constitui um fenômeno intrinsecamente vinculado à existência humana em sociedade, sendo impossível concebê-la fora do contexto social. Assim, a formação educacional deve assumir caráter reflexivo e



transformador, especialmente no que se refere às questões ambientais. Sob essa ótica, para Pimenta e Lima (1999), a educação deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos, assumindo uma postura crítica, investigativa e participativa, voltada à compreensão das interações entre o ser humano, a natureza e as estruturas sociais. Cabe ressaltar que, com base em Veiga (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como resposta às crises ambientais e sociais contemporâneas, propondo um modelo de progresso que equilibre crescimento econômico, justiça social e conservação dos recursos naturais. Dessa forma, a educação assume papel central na construção de uma sociedade sustentável, iniciando-se, fundamentalmente, no ambiente escolar.

Nesse prisma, a educação escolar, enquanto prática social historicamente situada, desempenha papel central na constituição da subjetividade humana e na formação das concepções de mundo dos indivíduos. Em um contexto marcado pela contradição e instabilidade contemporânea, a escola torna-se espaço estratégico, em que, “o tornar-se professor é uma atividade de aprendizagem e, para isso, são requeridas capacidades e habilidades específicas” (Libâneo, 2012, p. 88). A educação escolar constitui-se como um dos principais espaços de mediação entre o indivíduo e o patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade. Em meio às contradições inerentes ao capitalismo contemporâneo, a escola assume um papel decisivo na formação da concepção de mundo dos estudantes, tendo em vista a superação do “modelo de formação aplicacionista do conhecimento, respeitando e reconhecendo a escola e seus professores como colaboradores e parceiros no processo de formação” (Silva, Falcomer, e Porto, 2018, p. 18).

Nesse cenário, torna-se imprescindível analisar criticamente as concepções pedagógicas que orientam o processo educativo, especialmente no que tange à centralidade do conhecimento e às finalidades da formação humana. Nesse ângulo, Perrenoud (1999, p. 18) argumenta que “a universidade é, potencialmente, o melhor lugar para formar os professores para a prática reflexiva e a participação crítica”. Enquanto determinadas abordagens pedagógicas, como a concepção neoprodutivista, tendem a reforçar a adaptação dos sujeitos às exigências do mercado, outras perspectivas, como a pedagogia histórico-crítica, propõem uma formação voltada à emancipação e à transformação social. Diante disso, o presente estudo pretende analisar as contribuições da pedagogia histórico-crítica para a formação de uma concepção de mundo crítica, em contraposição à tendência neoprodutivista que permeia a educação escolar contemporânea.

A partir dessa base teórica, busca-se evidenciar a importância do conhecimento sistematizado e da mediação pedagógica no desenvolvimento pleno dos indivíduos, conforme Morin (2003). Nesta via, o presente estudo investiga as implicações do processo formativo escolar no desenvolvimento da concepção de mundo na contemporaneidade, com foco no trabalho educativo do professor. A partir de um recorte teórico, busca-se analisar a relevância da articulação entre conhecimento e educação escolar, considerando suas implicações no desenvolvimento da visão de mundo dos estudantes. Parte-se do pressuposto de que a educação não é neutra, estando intrinsecamente vinculada a interesses políticos, econômicos e ideológicos, como reforça Libâneo (2012). Assim, a seleção e organização dos conteúdos curriculares constituem elementos fundamentais na formação dos sujeitos.



Nessa linha, a educação, enquanto prática social, constitui-se como um dos principais instrumentos de formação humana e transformação da realidade (Pimenta, 2000). Inserida no contexto das relações sociais, ela reflete e, ao mesmo tempo, influencia os modos de pensar, agir e interagir dos indivíduos com o meio em que vivem. Diante das crescentes crises ambientais e sociais que caracterizam o mundo contemporâneo, torna-se imprescindível repensar o papel da educação na construção de alternativas sustentáveis, como Perrenoud (2019) traz à superfície. Nesse ângulo, o presente estudo propõe uma análise aprofundada acerca da educação para o desenvolvimento sustentável, compreendendo-a como um elemento essencial na formação de uma sociedade mais equilibrada, consciente e comprometida com a preservação ambiental e a justiça social. Como Freitas (2005) defende, a premissa é de que os desafios contemporâneos, marcados pela intensificação da degradação ambiental, pelas desigualdades socioeconômicas e pela exploração excessiva dos recursos naturais, exigem uma reformulação significativa dos modelos educacionais vigentes.

Nesse contexto, destaca-se a interdisciplinaridade como eixo estruturante das práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade, uma vez que possibilita a integração de diferentes áreas do conhecimento na compreensão e enfrentamento das problemáticas ambientais. Além disso, enfatiza-se a necessidade de uma abordagem educativa crítica, reflexiva e participativa, que ultrapasse os limites da sala de aula e se articule com a realidade vivenciada pelos indivíduos. À luz de Gadotti (2000), a educação para o desenvolvimento sustentável, portanto, não se restringe à transmissão de conteúdos, mas assume um caráter formador de valores, atitudes e comportamentos, contribuindo para a construção de uma nova ética baseada na responsabilidade socioambiental. Assim, tem-se que a consolidação de práticas interdisciplinares no ambiente escolar é fundamental para a promoção de uma educação transformadora, capaz de impulsionar mudanças significativas em direção a um futuro sustentável (Bosselmann, 2015).

De acordo com Vieira (1990), o conceito de desenvolvimento sustentável emerge como uma resposta às contradições do modelo de crescimento econômico tradicional, que historicamente tem promovido a exploração intensiva dos recursos naturais e o agravamento das desigualdades sociais. Nesse sentido, a educação assume um papel estratégico, sendo responsável por promover a conscientização crítica e a formação de sujeitos capazes de atuar de maneira ética e responsável, como assinala Herthal *et. al.* (2018). Assim, a proposta desta pesquisa consiste em discutir a educação para o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva da interdisciplinaridade, evidenciando sua relevância no contexto escolar e sua contribuição para a formação de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada.

Fundamentação Teórica

Em consonância com Freitas (2019), a educação para o desenvolvimento sustentável revela-se indispensável na atualidade, uma vez que promove a compreensão da complexa rede de interdependência que caracteriza o meio ambiente. Nesse contexto, o ser humano não é um elemento isolado, mas parte integrante de um sistema dinâmico, no qual todos os componentes se inter-relacionam, formando a chamada “teia da vida” (Ribeiro, 2020). Dessa maneira, para Morin (2003), o ensino de conhecimentos ecológicos torna-se uma das funções mais



relevantes da educação no século XXI. Tal formação não deve restringir-se ao espaço escolar ou a determinados níveis de ensino, mas abranger toda a sociedade, incluindo gestores públicos, profissionais e agentes econômicos. Nesse horizonte, a educação ambiental, conforme defendido por diversos estudiosos, deve ser permanente, abrangente e acessível a indivíduos de todas as faixas etárias e classes sociais, sendo promovida tanto por instituições formais quanto por práticas educativas informais. No âmbito escolar, sua implementação deve ocorrer desde os níveis iniciais até o ensino superior, conforme Nóvoa (1996).

A educação para a sustentabilidade caracteriza-se, essencialmente, por seu caráter interdisciplinar, orientado à resolução de problemas sociais e ambientais. Trata-se de uma abordagem participativa, criativa e crítica, que valoriza a ação e a construção coletiva do conhecimento, contribuindo para a formação cidadã (Libâneo, 2012). Além disso, destaca-se a perspectiva transdisciplinar, que ultrapassa os limites das disciplinas tradicionais, promovendo a integração entre diferentes áreas do saber e a articulação com a realidade vivida. Nessa ótica, a educação ambiental não se restringe ao espaço escolar, configurando-se como uma educação para a vida, como apontam Pimenta e Lima (1999). Essa abordagem integrada favorece a construção de novos valores, atitudes e comportamentos, estimulando a adoção de práticas sustentáveis e a formação de uma ética voltada à preservação ambiental e à justiça social.

A análise da educação em perspectiva histórica, conforme desenvolvida por autores como Gadotti (2000), oferece subsídios teóricos para compreender a centralidade do conhecimento sistematizado na formação humana. Nessa abordagem, a educação escolar é concebida como mediação fundamental para a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade. Sobre isso, Morin (2003) destaca que a concepção de mundo é constituída por um conjunto de conhecimentos e valores que orientam a compreensão da realidade. Tal concepção pode variar em níveis de elaboração, desde o senso comum até formas mais complexas de consciência filosófica. Nesse sentido, o tipo de conhecimento privilegiado no processo educativo exerce influência na formação da consciência dos sujeitos. Gadotti (2000), ao periodizar as ideias pedagógicas no Brasil, identifica o advento do neoprodutivismo como expressão das transformações educacionais alinhadas ao neoliberalismo. Essa concepção pedagógica articula elementos como a pedagogia da exclusão, o “aprender a aprender”, a pedagogia das competências e o neotecnicismo, compondo uma lógica formativa orientada para a adaptação às exigências do mercado.

A pedagogia histórico-crítica, problematizada por Gadotti (2000) fundamenta-se na concepção materialista, histórica e dialética da realidade. Nessa perspectiva, a educação escolar é compreendida como prática social intencional, cuja função consiste em possibilitar a apropriação dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos produzidos ao longo da história. Nesta via, Vásquez (2007) destaca que o trabalho educativo deve ser orientado por três movimentos fundamentais, a saber, a identificação das formas mais desenvolvidas do saber objetivo, sua conversão em conteúdo escolar e a criação de condições para que os alunos compreendam não apenas os resultados, mas também os processos de produção do conhecimento.

Morin (2003), por sua vez, enfatiza que a formação de uma concepção de mundo crítica depende do acesso aos conhecimentos sistematizados e da compreensão das



contradições sociais. A educação deve atuar como mediação entre a vida cotidiana e as esferas mais elaboradas da cultura, possibilitando ao indivíduo transcender o senso comum. Fontoura (2017) contribui com uma argumentação que remete à ideia de aparência imediata da realidade, frequentemente naturalizada e não problematizada. A superação dessa condição exige um processo educativo que desvele as determinações históricas e sociais subjacentes aos fenômenos. Assim, autores como Pimenta e Lima (1999) reforçam a ideia de que a educação escolar atende, necessariamente, a um projeto de sociedade, não sendo possível uma posição intermediária. Assim, a disputa entre formação crítica e formação adaptativa revela-se como eixo central das políticas e práticas educacionais contemporâneas.

No âmbito da educação escolar, o processo formativo é mediado por escolhas pedagógicas que envolvem conteúdos, metodologias e concepções de sujeito. Tais escolhas não são neutras, estando diretamente relacionadas ao projeto de sociedade que se pretende consolidar (Libâneo, 2012). Quando o conhecimento sistematizado é substituído por conteúdos fragmentados e baseados no senso comum, há um esvaziamento da função formativa da escola. Essa tendência, característica da pedagogia neoprodutivista, contribui para a formação de indivíduos sem capacidade crítica para questionar a realidade. A pedagogia da exclusão, ao naturalizar a competitividade e a desigualdade, reforça a lógica meritocrática, obscurecendo as determinações históricas e estruturais das relações sociais (Gadotti, 2012).

Paralelamente, o paradigma do “aprender a aprender” desloca o foco do conteúdo para o método, valorizando a autonomia individual em detrimento da mediação pedagógica. A pedagogia das competências, por sua vez, enfatiza o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais voltadas à empregabilidade, promovendo uma formação utilitarista e alinhada às demandas do mercado, conforme Santos e Leal (2022). Esse conjunto de elementos configura uma formação voltada à manutenção do status quo, limitando o potencial emancipador da educação. Em contraposição, a perspectiva histórico-crítica defende a centralidade do conhecimento científico, filosófico e artístico como condição para o desenvolvimento de uma consciência crítica. A apropriação desses conhecimentos possibilita ao indivíduo compreender a realidade em sua totalidade, reconhecendo suas contradições e potencialidades de transformação.

Nessa linha de interpretação, segundo Gadotti (2000), a pedagogia histórico-crítica propõe uma reorganização do processo educativo a partir da centralidade do conhecimento sistematizado. Diferentemente das abordagens que priorizam o senso comum ou a espontaneidade do aluno, essa perspectiva defende a necessidade de mediação pedagógica intencional, capaz de promover a apropriação crítica do saber mediatizado socialmente. Nesse sentido, o processo formativo docente deve articular esses conteúdos que vão além do saber acadêmico, compreendendo esses elementos como uma unidade indissociável. Segundo Santos e Leal (2022), “é no espaço de formação professoral (inicial e continuada) e no contato com as diferentes correntes teórico-metodológicas e práticas didático-pedagógicas que se constituem as referências de profissionalidade docente” (p. 41). À vista disso, para Perrenoud (1999), o conhecimento não deve ser apresentado de maneira fragmentada ou superficial, mas sim como resultado de um processo histórico complexo, cuja compreensão é fundamental para o desenvolvimento da consciência crítica.



A escola, portanto, deve assumir o compromisso de proporcionar acesso às formas mais elaboradas de conhecimento, possibilitando ao aluno ultrapassar os limites da vida cotidiana, de modo que “tornar a trajetória do estudante significativa é uma tarefa que exige do professor mais do que transmitir conteúdos, levando-o a repensar e a adotar práticas capazes de atender às demandas da sociedade” (Camargo e Daros, 2021, p. 22). Isso implica reconhecer que sobreviver em condições mínimas não é suficiente para a realização plena da humanidade, sendo necessário promover o acesso às máximas objetivações humanas (Morin, 2003). Em contraposição às pedagogias alinhadas ao neoliberalismo, que enfatizam competências, adaptabilidade e aprendizagem contínua, a pedagogia histórico-crítica busca formar sujeitos capazes de compreender e apreender a realidade. Trata-se de uma educação que não se limita à preparação para o mercado, mas que visa à emancipação humana.

Essa compreensão é importante, pois, para Freitas (2019), os fundamentos da educação para o desenvolvimento sustentável estão diretamente relacionados à problemática da degradação ambiental e à crescente escassez de recursos naturais. Tal cenário evidencia a necessidade de transformação nos padrões de produção e consumo, historicamente responsáveis por desigualdades sociais e impactos ambientais significativos. Nesse contexto, organismos internacionais ressaltam a educação como um direito fundamental e um elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável, a paz e o crescimento socioeconômico. Nesse sentido, conforme Fontoura (2017), eventos globais e iniciativas internacionais têm reforçado a importância de uma educação voltada à reflexão crítica sobre os modelos de desenvolvimento vigentes.

Ademais, para Mason *et. al.* (2025), o modelo econômico predominante tem contribuído para o aumento das desigualdades sociais e para a intensificação da exploração dos recursos naturais. Enquanto parcelas privilegiadas da população usufruem de elevados padrões de consumo, grande parte da humanidade enfrenta condições precárias de vida. Diante dessa realidade, torna-se urgente repensar os padrões de consumo e as bases do crescimento econômico, considerando a limitação dos recursos naturais e a necessidade de garantir condições dignas de existência para todos. Segundo Freitas (2005), a educação, nesse sentido, configura-se como instrumento fundamental para promover a reflexão crítica e orientar a construção de alternativas sustentáveis, baseadas na equidade social e na responsabilidade ambiental.

À luz de Veiga (2010), a educação ambiental, quando integrada ao desenvolvimento sustentável, deve ser trabalhada de forma interdisciplinar, evitando sua fragmentação em disciplinas isoladas. Sua abordagem pedagógica deve estimular o pensamento crítico, a análise da realidade e a proposição de soluções para os problemas socioambientais. A interdisciplinaridade permite uma compreensão mais ampla e integrada das questões ambientais, uma vez que estas não podem ser explicadas por uma única área do conhecimento, como destaca Perrenoud (1999). A articulação entre diferentes disciplinas possibilita ao estudante uma visão global da realidade, superando a fragmentação do saber, tendo em vista que “a educação, em sua essência, é um campo dinâmico, atravessado por múltiplas vozes, experiências e embates teóricos e políticos” (Mason *et. al.*, 2025, p. 5).

Nesse processo, é imperioso concordar com Herthal *et. al.* (2018) quando afirmam que a escola desempenha papel fundamental como agente de transformação social. No entanto, a



implementação de práticas interdisciplinares exige investimento na formação docente e na reestruturação das práticas pedagógicas. Além disso, é essencial que o ambiente escolar se reconecte com a realidade dos estudantes, incorporando suas vivências e experiências no processo de aprendizagem, tornando-o mais significativo e contextualizado. Nessa dinâmica, para Bosselmann (2015), a construção de uma educação voltada à sustentabilidade requer a valorização da diversidade de saberes, incluindo conhecimentos científicos, culturais e experiências sociais. Essa abordagem reconhece o ser humano em sua complexidade, considerando suas dimensões biológicas, sociais e éticas.

Nesse quadro, destaca-se a importância de um pensamento complexo, capaz de articular diferentes formas de conhecimento e lidar com as incertezas do mundo contemporâneo. A formação educacional deve contemplar aspectos como a compreensão da condição humana, a ética, a responsabilidade social e o reconhecimento da interdependência entre os povos e o planeta (Morin, 2003). Conforme o autor retromencionado, a educação para o desenvolvimento sustentável fundamenta-se na compreensão de que o meio ambiente é constituído por uma complexa rede de interações entre elementos naturais, sociais, econômicos e culturais.

Dessa forma, a análise das questões ambientais exige uma abordagem que ultrapasse os limites das disciplinas isoladas, incorporando múltiplos saberes e perspectivas. Consoante com Freitas (2005), a interdisciplinaridade surge, nesse contexto, como uma estratégia metodológica capaz de promover a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, possibilitando uma compreensão mais ampla e integrada da realidade. Ao favorecer o diálogo entre disciplinas, essa abordagem contribui para a construção de um conhecimento contextualizado, significativo e aplicável às situações concretas vivenciadas pelos indivíduos.

Além disso, destaca-se a importância da transdisciplinaridade, que vai além da simples integração entre disciplinas, propondo uma superação das fronteiras do conhecimento e uma aproximação com a vida cotidiana. Nessa perspectiva, a educação ambiental deixa de ser um conteúdo específico e passa a constituir um princípio orientador de toda a prática educativa, como defende Nóvoa (2004). A formação de uma consciência ecológica, portanto, envolve não apenas a aquisição de conhecimentos, mas também a internalização de valores éticos e a adoção de atitudes responsáveis. Trata-se de um processo contínuo, que deve envolver todos os segmentos da sociedade e ser promovido tanto em espaços formais quanto informais de educação.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo (Richardson, 2017), orientada por uma abordagem crítica. Sua elaboração baseou-se na análise de obras, documentos e estudos relevantes que abordam a temática da educação ambiental e do desenvolvimento sustentável. A partir de Richardson (2017), a pesquisa bibliográfica permitiu a construção de um referencial teórico consistente, fundamentado em autores que discutem a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e o papel da educação na transformação social. A abordagem descritiva, por sua vez, possibilitou a sistematização e interpretação das informações, visando compreender as contribuições da educação para a promoção de práticas sustentáveis.



Ademais, adotou-se uma perspectiva crítica na análise dos dados, buscando identificar não apenas os avanços, mas também os desafios e limitações na implementação da educação para o desenvolvimento sustentável no contexto escolar. As categorias analíticas centrais incluíram conhecimento escolar, formação docente e projeto societário, o que permitiu uma compreensão acerca das implicações do processo formativo escolar na constituição da consciência dos sujeitos, tendo por escopo entender as relações entre educação, conhecimento e transformação social.

O pressuposto metodológico consiste em analisar, a partir de referenciais da literatura especializada, as relações entre educação escolar, conhecimento e formação da concepção de mundo. O corpus analítico foi constituído por obras clássicas e contemporâneas que discutem a temática, selecionadas com base em critérios de relevância acadêmica, pertinência temática e densidade teórica. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de texto, estruturada em três etapas, iniciando-se por uma pré-análise, com organização do material; em seguida a categorização temática; e finalizando com a interpretação crítica à luz do referencial teórico selecionado. Buscou-se, assim, analisar as implicações das concepções pedagógicas na formação da visão de mundo dos estudantes.

Resultados e Discussão

A análise realizada evidencia que a educação para o desenvolvimento sustentável desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais consciente e responsável, como bem reforça Veiga (2010). No entanto, sua efetivação ainda enfrenta diversos desafios, especialmente no que se refere à fragmentação do conhecimento e à predominância de práticas pedagógicas tradicionais. Assim, segundo Freitas (2005), a interdisciplinaridade, embora amplamente reconhecida como uma abordagem necessária, ainda não se encontra plenamente consolidada nas instituições de ensino. Muitas vezes, as disciplinas são trabalhadas de forma isolada, dificultando a compreensão integrada das problemáticas ambientais.

Observa-se, também, a necessidade de maior investimento na formação de professores, de modo a capacitá-los para atuar de forma interdisciplinar e desenvolver práticas pedagógicas inovadoras. A ausência de preparo adequado pode comprometer a efetividade das propostas educativas voltadas à sustentabilidade (Vieira, 1990). Outro aspecto relevante refere-se à desconexão entre o ambiente escolar e a realidade dos estudantes. Para que a aprendizagem seja significativa, é fundamental que os conteúdos abordados estejam relacionados às experiências e vivências dos educandos, permitindo a construção de conhecimentos contextualizados. Apesar desses desafios, identificam-se avanços importantes, como a inclusão da temática ambiental nos currículos escolares e o reconhecimento da educação como instrumento de transformação social. Tais avanços indicam um movimento progressivo em direção à consolidação de uma educação comprometida com a sustentabilidade (Bosselmann, 2015).

A pesquisa trouxe à luz o tipo de conhecimento privilegiado no processo educativo exerce influência direta na formação da concepção de mundo dos estudantes. Quando há predominância de conteúdos superficiais e descontextualizados, observa-se a formação de uma consciência acrítica. Por outro lado, a valorização do conhecimento sistematizado



contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica, capaz de compreender a realidade em sua historicidade e complexidade. Nesse sentido, a educação escolar pode atuar como instrumento de transformação social, desde que orientada por princípios emancipatórios (Vásquez (2007). Os resultados também indicam que a hegemonia da pedagogia neoprodutivista nas políticas educacionais contemporâneas representa um desafio significativo para a construção de uma educação crítica. A ênfase na formação de competências e na adaptação ao mercado limita o potencial formativo da escola, reduzindo-a a um instrumento de reprodução social (Gadotti, 2000).

Nesse horizonte de análise, a discussão aponta para a necessidade de resgatar o papel da escola como espaço de acesso ao conhecimento elaborado, promovendo uma formação integral dos sujeitos. Isso implica repensar os currículos, as práticas pedagógicas e a formação docente, de modo a fortalecer uma perspectiva crítica e transformadora, como sublinham Silva, Falcomer e Porto (2018). Assim também, a análise revela que a adoção de uma concepção pedagógica crítica, fundamentada na pedagogia histórico-crítica, contribui significativamente para o desenvolvimento de uma concepção de mundo crítica. Acerca disso, cabe ressaltar que “a formação docente está na base de transformações profundas que são necessárias de serem realizadas no campo da Educação, com vistas a uma concepção emancipadora de homem e sociedade” (Santos e Leal, 2022, p. 43). Isso ocorre na medida em que os alunos têm acesso ao conhecimento sistematizado e são estimulados a compreender os processos históricos e sociais que o constituem (Gadotti, 2000).

Diante disso, os resultados indicam que a superação da pedagogia neoprodutivista e da visão superficial e naturalizada da realidade, depende de um processo educativo que valorize a mediação pedagógica e o conhecimento científico. Nesse sentido, cumpre sinalizar que a educação escolar pode atuar como instrumento de desvelamento das contradições sociais. Por outro lado, Ribeiro (2020) aponta que a predominância de abordagens pedagógicas alinhadas ao neoliberalismo, tende a reforçar a adaptação dos indivíduos às condições existentes, limitando sua capacidade crítica. A ênfase em competências e habilidades pragmáticas contribui para a formação de sujeitos voltados à sobrevivência, e não à realização plena, como destaca Bauman (2008). A discussão aponta para a necessidade de resgatar o papel da escola como espaço de formação crítica, capaz de promover o desenvolvimento integral dos indivíduos. Isso implica repensar os currículos, as práticas pedagógicas e a formação docente, de modo a fortalecer uma educação comprometida com a justiça social, como Fontoura (2017) problematiza.

Considerações finais

Com base nos autores trabalhados, conclui-se que a interdisciplinaridade constitui um instrumento indispensável para a efetivação da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável. Para Vieira (1990), ambas se configuram como pilares fundamentais na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e ambientalmente responsável. Espera-se que, por meio da incorporação desses princípios, seja possível promover a formação de comunidades comprometidas com a conservação dos recursos naturais e com o desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis. A educação, ao promover valores éticos, mudanças de comportamento e consciência crítica, revela-se como



o principal caminho para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro pautado na sustentabilidade e na equidade social (Veiga, 2010). Diante das reflexões apresentadas, ficou patente que a educação para o desenvolvimento sustentável constitui um elemento essencial na construção de uma sociedade mais justa, equilibrada e ambientalmente responsável.

A interdisciplinaridade, nesse contexto, revela-se como um instrumento indispensável para a efetivação de práticas educativas que promovam a integração do conhecimento e a compreensão da complexidade das questões ambientais. Segundo Santos e Alves (2022), a escola, enquanto espaço privilegiado de formação, desempenha um papel fundamental nesse processo, sendo responsável por promover a conscientização crítica e estimular a adoção de atitudes sustentáveis. No entanto, para que isso se concretize, é necessário investir na formação docente, na reestruturação das práticas pedagógicas e na valorização de abordagens educativas inovadoras. A partir das discussões empreendidas, a educação escolar desempenha papel decisivo na formação da concepção de mundo dos indivíduos, sendo atravessada por disputas entre projetos societários distintos. Nessa senda, como aponta Libâneo (2012), a centralidade do conhecimento no processo educativo revela-se como elemento fundamental para a constituição de uma consciência crítica. A predominância de abordagens pedagógicas alinhadas ao neoliberalismo compromete o potencial emancipador da educação.

Nesse contexto, torna-se imprescindível reafirmar a importância da pedagogia histórico-crítica como referência teórica e prática para a construção de uma educação comprometida com a formação humana integral (Perrenoud, 1999). Destaca-se, portanto, a necessidade de políticas educacionais que valorizem o conhecimento científico e a formação docente crítica, garantindo condições para que a escola cumpra sua função social de promover a emancipação dos sujeitos. A educação escolar desempenha papel fundamental na formação da concepção de mundo dos estudantes, sendo atravessada por disputas entre projetos societários distintos. A pedagogia histórico-crítica emerge como uma alternativa teórica e prática capaz de promover uma formação emancipatória, baseada no acesso ao conhecimento sistematizado. Consoante com Gadotti (2000), a superação da visão de mundo neoprodutivista exige um processo educativo que promova a compreensão crítica da realidade e a capacidade de transformá-la.

Por fim, como Pimenta (2000) assevera, a escola deve assumir sua função social de mediação entre o indivíduo e o patrimônio cultural da humanidade. Sob tal perspectiva, destaca-se a necessidade de aprofundar os estudos sobre a temática, bem como de implementar políticas educacionais que valorizem a formação crítica e o papel do conhecimento na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, ressalta-se que a construção de uma sociedade sustentável depende do engajamento coletivo e da transformação dos valores que orientam as ações humanas (Nóvoa, 2004). Assim, a educação emerge como o principal caminho para a promoção de mudanças significativas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com o futuro do planeta.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: transformação das pessoas em mercadoria. Trad. Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Zahar. 2008.



- BOSELMMANN, Klaus. **O Princípio da Sustentabilidade**: transformando direito e governança. Trad. Phillip Gil França. São Paulo: RT, 2015.
- CAMARGO, Fausto; e DAROS, Thuine. **A sala de aula digital**: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo, *online* e híbrido. Porto Alegre: Penso, 2021.
- FONTOURA, H. A. da. Formação de professores para a justiça social: uma reflexão sobre a docência na residência pedagógica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 1, p. 120-133, 2017.
- FREITAS, Maria Auxiliadora S. Práxis pedagógica e professores intelectuais: refletindo as tensões e concepções da formação/prática docente. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n.1, p. 135-150, 2005. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/485>. Acesso em: 20 mar. 2026.
- FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 4. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2019.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. 2. ed. São Paulo: Peirópolis: 2000.
- HERTHAL, V. M.; GOMES, M. C. G. LAUXEN, S. L; PERANZONI, V. C. Os impactos da formação continuada de professores para uma educação de qualidade. **XVIII Seminário Internacional de Educação no Mercosul**. 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2018> Acesso em: 20 mar, 2026.
- LIBÂNEO, José C. Reflexividade e Formação de Professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma. G.; GHEDIN, Evandro. (Orgs.). **Professor Reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2012.
- MASON, Ana Paula Uliana (org.). **Debates em Educação**: contextos políticos, formação e práticas educativas. Itapiranga, SC: Editora Schereiben, 2025.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- NÓVOA, António. **Relação Escola-Sociedade**: novas respostas para um velho problema. In: SERBINO, Raquel et al. Formação de Professores. São Paulo: UNESP, 1996.
- NÓVOA, António. Prefácio. In: JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- PERRENOUD, P., & Magne, B. C. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre, RS: Artmed. 1999.
- PIMENTA, Selma G. **O Estágio na Formação de Professores**: Unidade Teoria e Prática? São Paulo: Cortez, 2000.
- PIMENTA, Selma G.; LIMA, M. S. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 1999.
- RIBEIRO, R. S. Políticas públicas educacionais: o papel da formação continuada no desenvolvimento da Educação Básica. *Revista Educação Pública - Políticas públicas educacionais: o papel da formação continuada no desenvolvimento da Educação Básica*. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 23, 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/23/politicas-publicas-educacionais-o-papel-da-formacao-continuada-no-desenvolvimento-da-educacao-basica> Acesso em: 20 mar. 2026.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

23 a 25 de Março de 2026 | Evento 100% Online

CONGRESSO INTERNACIONAL **IDEA 2026**

Inovação, Diálogo e Experiências na Aprendizagem

Educação e Humanidade: Conectando
Inteligências, Cultura e Propósito Global.



SANTOS, Marcos Pereira dos; e LEAL, Ideilton Alves Freire. **Formação de Professores e Formação Docente no Brasil:** aspectos históricos, tendências e inovações. Campina Grande, PB: Editora Amplla, 2022.

SILVA, D. M. S., FALCOMER, V. A. S., & PORTO, F. S. As contribuições do Pibid para o desenvolvimento dos saberes docentes: a experiência da licenciatura em ciências naturais, Universidade de Brasília. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**, 20, e9526. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1983211720182001024>. Acesso em: 20 mar. 2026.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchéz. **Filosofia da práxis**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, Brasil, p. 440. 2007.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade:** a legitimação de um novo valor. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2010.

VIEIRA, L. **Fragmentos de um discurso ecológico**. São Paulo: Editora Gaia; 1990.